

O Processo de Descrição: funções e aspectos conceituais e normativos

Vinicius de Souza Tolentino

Como citar: TOLENTINO, Vinicius de Souza. O Processo de Descrição: funções e aspectos conceituais e normativos. *In:* ORTEGA, Cristina Dotta (org.).

Ordenação de documentos e produção de bases de dados: conceitos, terminologia e historicidade. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2026. p. 17-38. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p17-38>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE DESCRIÇÃO: FUNÇÕES E ASPECTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS

*Vinicius de Souza TOLENTINO*¹

1 INTRODUÇÃO

O processo de descrição é realizado em diversas áreas do conhecimento. Em Organização da Informação, entende-se que o processo de descrição se constituiu inicialmente a partir da produção de catálogos e bibliografias. Nestas bases de dados, a descrição é central, assim como em bases produzidas posteriormente a partir delas. A descrição pode ser definida como o conjunto de informações que tem por função identificar os documentos em um sistema de informação.

Este trabalho foi realizado por meio de exploração da literatura, cujo recorte realizado foi pautado por publicações de autores seminais e expressivos das disciplinas Catalogação e Bibliografia, haja vista que eles realizaram discussões conceituais acerca do processo de descrição em catálogos e bibliografias. O recorte temporal abrange estudos publicados entre 1939 e

¹ Departamento de Biblioteconomia / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Rio de Janeiro, RJ / Brasil / vinicius.tolentino@unirio.br

<https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p17-38>

2023. Para fundamentar o tema, também foram adotadas definições registradas em obras de referência, particularmente em dicionários de Filosofia e Latim.

O trabalho está organizado segundo os tópicos apresentados a seguir. Inicialmente, a descrição é apresentada como um dos processos de Organização da Informação. Em seguida, busca-se conceituar e caracterizar o processo de descrição a partir de dicionários de Filosofia e Latim e de textos de autores especializados em Organização da Informação. Trata-se, então, das funções da descrição, por meio de sistematização realizada a partir das publicações de Klim (1981), Wellisch (1987), Ramos Fajardo (2001), Mauro Guerrini (2007) e Buckland (2017). Por fim, discute-se o papel da normatividade na descrição, considerando-a elemento intrínseco do processo, mas não exclusivo a ele.

2 A DESCRIÇÃO COMO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Em termos gerais, a Organização da Informação compreende o conjunto de processos realizados sobre documentos, visando comunicar conteúdos de interesse, com o objetivo de subsidiar as atividades realizadas pelas pessoas.

Por meio de processos circunscritos à Organização da Informação, são produzidas as bases de dados. As unidades que constituem uma base de dados são registros. Esses registros assumem diferentes formas, dependendo das características dos públicos, do objeto que se quer representar, das ferramentas escolhidas, da estrutura de disponibilização das informações, entre outros. Isto nos leva a compreender que a produção das bases de dados é dependente das atividades técnicas adotadas, as quais são balizadas por aspectos institucionais e culturais condicionados historicamente.

Os processos se diferenciam quanto à perspectiva realizada, ou seja, o modo de operar sobre e a partir dos objetos. Ortega (2016, p. 58) elucida que “a produção de significação sobre o objeto original, a partir de suas

características diversas (físicas, de identificação, contextuais etc.)”, pode assumir uma abordagem bibliográfica, arquivística ou museológica. Tais abordagens não estão condicionadas ao tipo de documento, mas sim ao lugar simbólico em que os documentos são colocados.

Como a tipologia e suporte documentais não são determinantes para que objetos sejam bibliográficos, arquivísticos ou museológicos, uma biblioteca escolar, por exemplo, pode constituir sua coleção com livros, revistas, quadrinhos, mas também com brinquedos, como carrinhos, bonecas e jogos. Isso significa dizer que estes objetos estão funcionando bibliograficamente, ou seja, com função informacional pedagógica, seja cognitiva, lúdica ou estética. Cada uma destas peças, para uso devido no trabalho de professores, bibliotecários ou outros, deve ser registrada, representada, ordenada e conservada (Ortega, 2016, p. 60).

Os processos realizados em abordagem bibliográfica decorrem dos estudos da Bibliografia, da Biblioteconomia e da Documentação, disciplinas que foram concebidas e desenvolvidas umas em relação às outras.

Levando em conta, neste estudo, a abordagem bibliográfica, os processos de Organização da Informação podem ser sintetizados em: seleção, representação e ordenação.

O processo de seleção envolve o ato de escolher o que entra e o que não entra, compondo o sistema, e o que será retirado dele posteriormente. A seleção é considerada uma etapa preliminar da composição das bases de dados. A representação produz um conjunto de informações estruturadas de forma sistemática que oferece uma imagem do objeto representado, incluindo recursos para acesso aos elementos que compõem essa imagem. O processo de ordenação envolve a proposição de arranjos de documentos e de representações de documentos, nos quais ocorre sua disposição em um determinado espaço (Ortega; Silva; Santos, 2016).

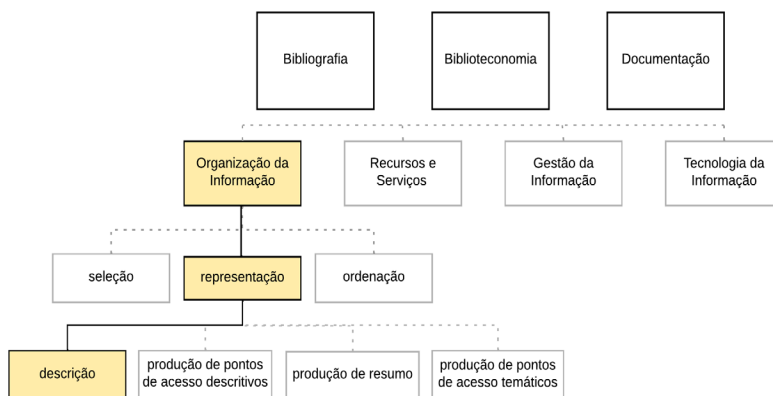
A seleção, a representação e a ordenação são processos adotados na produção de base de dados, tornando possível recuperar informações a partir da escolha de certas características dos objetos.

Quanto à representação, uma das bases de dados mais conhecidas na sociedade é o catálogo de bibliotecas. Nos catálogos, os registros são produzidos envolvendo obrigatoriamente a preparação de descrições bibliográficas e a determinação das formas de pontos de acesso. De uma maneira geral, a elaboração de resumos não foi priorizada nos catálogos, mas ela é realizada, quando se considera necessário.

A descrição, como processo de representação, é objeto de estudo das disciplinas Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação, haja vista que essas disciplinas se ocupam dos processos sobre documentos em abordagem bibliográfica, como foi dito anteriormente. Vale ressaltar que, no contexto brasileiro, a descrição é estudada principalmente pela Catalogação, disciplina que compõe a Biblioteconomia. Destaca-se ainda que o movimento de institucionalização da Documentação, proposta por Paul Otlet e Henri La Fontaine, é posterior ao das disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia, de tal maneira que a proposição de seus procedimentos e instrumentos pautou-se pelos avanços realizados nestas disciplinas. Para López Yepes (1995), na disciplina Documentação, a descrição é um processo documentário derivado de um objeto que transmite uma mensagem documentária materializada num suporte, com possibilidade de transmissão ou acesso, configurando assim a natureza do objeto denominado documento.

Para fins de esquematização do contexto do processo de descrição no âmbito da Organização da Informação, elaborou-se a figura abaixo composta por quatro níveis.

Figura 1 – O processo de descrição no âmbito da Organização da Informação



Fonte: elaborado pelo autor a partir das áreas temáticas criadas no EDIBCIC².

O primeiro nível apresenta as disciplinas ou áreas denominadas Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação. Nesse nível, estão contemplados os aspectos epistemológicos da área que nos ocupa. O segundo nível contempla as subáreas, dentre as quais a Organização da Informação foi destacada por constituir o escopo da pesquisa.

O terceiro nível é constituído pelos processos circunscritos à Organização da Informação, enfatizando o processo de representação. Por fim, o último nível apresenta os processos específicos da representação, realçando a descrição, que é o processo em discussão desse capítulo.

² As subáreas do segundo nível da Figura 1 – Organização da Informação, Recursos e Serviços, Gestão da Informação e Tecnologia da Informação – foram adaptadas das áreas curriculares temáticas propostas nos eventos do Encontro de Diretores das Escolas de Biblioteconomia do Mercosul e do Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia do Mercosul. De acordo com Rodrigues e Guimarães (2003), a primeira proposta de criação das áreas curriculares temáticas que comporiam as diretrizes para os cursos de Biblioteconomia do Mercosul foi apresentada no ano de 1996 no contexto do III *Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencia da Información y Documentación de Iberoamerica y el Caribe* (EDIBCIC), em Porto Rico. A partir de então, essa proposta foi recebendo alterações. Os eventos em que a proposta foi discutida são relatados na Parte I do livro organizado por Valentim, Rodrigues e Almeida Junior (2014).

O processo de descrição, embora desenvolvido por séculos e séculos, recebeu grande impulso e ganhou a forma mais conhecida hoje a partir do livro impresso, quando este oportunizou a confecção de uma estrutura de representação. Essa estrutura, pautada pelo livro impresso, foi trabalhada por excelência pelas disciplinas Bibliografia e Catalogação, como desenvolvido em pesquisa anterior (Tolentino, 2021).

A disciplina Bibliografia desenvolveu-se a partir da confecção de repertórios bibliográficos, realizada pelos processos de descrição, elaboração de pontos de acesso e resumos dos documentos. Os repertórios possibilitaram a difusão dos livros neles referenciados e dispostos em determinados arranjos. Contudo, a teoria e os métodos bibliográficos levaram ao surgimento de novas ênfases de pesquisa, como destacado por Tennis (2011). Essas abordagens resultaram em diferentes tipos de bibliografia: a bibliografia da obra (discutida na Biblioteconomia e Ciência da Informação), a bibliografia do texto (relacionada aos estudos textuais e à edição acadêmica) e a bibliografia do artefato (focada na história do livro e na ciência forense digital).

A disciplina Catalogação se desenvolveu a partir da elaboração de catálogos em bibliotecas, realizada essencialmente pelo processo de descrição e elaboração de pontos de acesso descritivos.

Como se pode ver, a Bibliografia e a Catalogação se consolidaram, em grande medida, com base na descrição de documentos na forma de repertórios bibliográficos e catálogos, que hoje são conhecidos como bases de dados. Tanto a Bibliografia quanto a Catalogação foram desenvolvidas em torno do livro impresso, que era considerado o suporte material para a transmissão de mensagens e o produto resultante de uma série de atividades. Ambas as disciplinas se caracterizam pela atividade bibliográfica compreendida pelo trabalho com os documentos, tendo por principal função a mediação desses documentos frente a um público, com a finalidade de suprir suas necessidades de informação.

3 A DESCRIÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS

A descrição é uma prática de estruturar representações de documentos. De acordo com Norris (1939), a descrição é tão antiga quanto as próprias bibliotecas e sua gênese é tão vaga quanto a história das primeiras bibliotecas.

A despeito disso, pode-se apontar, por exemplo, a compilação de repertórios denominada ‘Prosopografia’, cujo principal processo era a descrição (Sabba, 2016), que remete aos fins da Idade Antiga e início da Idade Média. A confecção desses repertórios consistia na descrição sintética de autores e respectivas obras, compondo uma história da literatura. Sabba (2016) apresenta alguns autores que confeccionaram trabalhos ‘prosopográficos’ como: São Jerônimo, no século IV, Genádio de Marselha, no século V, Isidoro de Sevilha, no século VI, Sigeberto de Gembloux, no século XI, Honório de Autun, no século XII e Henrique de Gent, no século XIII.

Estudos sobre a atividade bibliográfica, de acordo com Zabala-Vázquez (2009), permitem a identificação de formas e características próprias do contexto da atividade, de seus praticantes e de seus produtos. Tomando por base o autor, as atividades bibliográficas são aquelas da Bibliografia e da Catalogação, os praticantes referem-se aos autores de repertórios, aos bibliógrafos e aos catalogadores e os produtos compreendem as bibliografias e os catálogos. O autor desenvolve a ideia, como segue.

Por isso, se quis falar de atividade bibliográfica, entendida como o conjunto de processos e relações que começam quando um Ente A (pessoa ou instituição) manifesta a um Ente B uma certa necessidade de informação sobre autores, títulos, assuntos ou outros aspectos documentais. Às vezes, o ‘Ente A’ é o mesmo que o ‘Ente B’, mas, em qualquer caso, o segundo, usando uma metodologia, uma técnica e uma linguagem especializada entende, dá forma, concretiza e resolve a necessidade original através do desenvolvimento de um projeto. Este último consiste, na maioria das vezes, em buscar, identificar, selecionar, adquirir, descrever, registrar, comparar, estabelecer relações, organizar, estruturar e apresentar determinados documentos, através de um

produto que pode ter nomes diferentes. Para estes foram utilizados substantivos como *registrum*, *inventarium*, *catalogus*, *nomenclator*, *index*, *bibliotheca*, *epitome*, *repertorium*, *apendix*, *bibliographie*, etc. Todos eles retêm as características da necessidade levantada pelo ‘Ente A’, as características do ‘Ente B’ e a metodologia seguida para a realização do produto (Zabala-Vázquez, 2009, p. 889, tradução nossa).

Em cada um desses momentos, sob cada um desses nomes, em cada repertório compilado e de acordo com uma certa intenção, é possível identificar menções diretas à representação dos objetos. Segundo Zabala-Vázquez (2009), sob as diferentes configurações, incide uma série de variações terminológicas cujo ponto de aglutinação é evidenciado pela descrição.

Hjorland (2023) afirma, em seu artigo sobre o significado, a epistemologia e o uso da descrição na Ciência da Informação, que a literatura sobre a temática é surpreendentemente limitada e seu uso é vago.

Anteriormente, Mey (1987) chegou à constatação similar ao averiguar que a literatura sobre descrição é restrita. De acordo com a autora (1987, p. 40), as obras publicadas na área antes de 1971 dedicavam “poucas páginas à descrição e, às vezes, nenhuma”, sendo que, nas escassas menções sobre o processo, ele era apresentado como um método, porém sem desenvolvê-lo.

A primeira edição das Regras para um Catálogo Dicionário, de Charles Ammi Cutter, foi publicada em 1876, sob o título *Rules for a printed dictionary catalogue* (Cutter, 1876). O processo de descrição nas regras de Cutter era trabalhado como um modelo de transcrição chamado de “Estilo”, o que resultava em diferentes formas de elaboração.

Para Svenonius (2009), a descrição é usada em relação a três princípios: 1) quanto aos objetivos de um sistema; 2) quanto às regras gerais em um código que permitem a uniformidade de um sistema; e 3) quanto às diretrizes para construir uma linguagem bibliográfica, no sentido de conjunto de regras utilizadas em um sistema.

Svenonius (2009), apoiando-se em dois cânones de Ranganathan, afirma que a construção de uma linguagem bibliográfica parte do princípio da razão suficiente e do princípio da parcimônia. Segundo o princípio da razão suficiente, os motivos de cada decisão de um projeto devem ser defensáveis e não arbitrários. Quanto ao princípio da parcimônia, se existem formas alternativas para se alcançar uma meta de um projeto, deve-se preferir aquela que favoreça a economia geral. Assim, a descrição deve ser norteadas por um projeto, cujo conjunto de decisões sejam defensáveis e não arbitrários e cuja forma de realização seja orientada à economia geral.

No dicionário de Latim, de Lewis e Short (1879), duas definições são colocadas: a primeira compreende o termo descrição enquanto representação, cópia, transcrição; a segunda como uma disposição adequada, ordem, arranjo. Em dicionários de Filosofia, Abbagnano e Ferrater Mora apresentam as seguintes definições: o caráter individualizante da descrição em referência a um objeto existente (Abbagnano, 2007, p. 240-241); e a indicação de que a descrição é suficiente para certos propósitos, mas nunca completa (Ferrater Mora, 2004).

A partir dessas definições, infere-se que a descrição apresenta as características do documento de maneira singular e propõe sua disposição ordenada. Desse modo, na descrição, pode haver ênfase ou omissão de informações pertinentes, de acordo com o propósito, ou seja, todo o produto elaborado pela descrição é um recorte de um momento e de uma cultura.

4 AS FUNÇÕES DA DESCRIÇÃO

A partir das obras dos autores Klim (1981), Wellisch (1987), Ramos Fajardo (2001), Mauro Guerrini (2007) e Buckland (2017), pode-se falar em funções do processo de descrição em bases de dados.

Klim (1981) compreende que o processo de descrição se alicerça em dois planos: o primeiro centrado no estudo da essência, dos padrões desenvolvidos e da metodologia da descrição, e o segundo nos métodos utilizados em diferentes bases de dados. Essa ramificação se faz necessária,

pois, de acordo com o autor, o conjunto de informações sobre um documento, ou seja, o produto do processo de descrição reflete suas funções em um sistema de informação, constituído por uma estrutura de elementos previamente definidos. Caso contrário, consistir-se-á em uma lista exaustiva das propriedades dos documentos sem um objetivo claro.

Em vista disso, Klim (1981, p. 55) apresenta três funções do processo de descrição bibliográfica realizado em bases de dados:

1. informação: consiste, primeiramente, em prover informações sobre a existência de um documento específico para, depois, comunicar diversos tipos de informações como autores, título, tamanho, público a que se destina.
2. identificação: consiste em assegurar que a descrição bibliográfica e o documento a ela correspondente sejam idênticos, para o que, os elementos da descrição bibliográfica devem ser formulados previamente e em número suficiente; e
3. recuperação: consiste em recuperar as informações de um documento em qualquer sistema de informação, a partir dos pontos de acesso descritivos.

Wellisch (1987, p. 22-23) parte do contexto de um sistema de controle bibliográfico com intenção de recuperar as informações de um documento, propondo as seguintes funções:

1. identificação do documento: os substitutos dos documentos devem identificar cada documento de maneira única, por meio das regras de catalogação descritiva;
2. registro dos substitutos dos documentos: os substitutos devem ser registrados por letras e/ou dígitos que sejam conhecidos tanto pelos operadores quanto pelos usuários do sistema; e
3. ordenação dos substitutos dos documentos: os substitutos dos documentos devem ser ordenados em sequência fixa e universalmente conhecida (alfabética, numérica ou alfanumérica), de

acordo com as regras de arquivamento e ordenação do sistema. A cada substituto, ou seja, as informações de um documento, é atribuído um lugar único e, por conseguinte, previsível, a partir do qual poderá ser recuperado.

Ramos Fajardo (2001) concebe o processo de descrição como um conjunto de elementos necessários e essenciais que identifica um documento, de acordo com a norma e com a escolha do nível de exaustividade da descrição.

No entendimento de Guerrini (2007, p. 16), três funções são reconhecidas:

1. identificação: demanda fornecer características necessárias para distinguir um documento de outro e de outras edições;
2. caracterização: requer que a descrição apresente o contexto do documento em relação a outras publicações; e
3. apresentação: certifica que os dados sejam disponibilizados de forma semelhante aos registros dos outros documentos inseridos no catálogo.

Nos estudos realizados por Buckland (2017, p. 78-79), as funções são apresentadas da seguinte maneira:

1. caracterização do documento: informa qual é a sua tipologia, a temática trabalhada, de onde veio;
2. representação do documento: funciona como substituto do documento; e
3. relação entre documentos.

A partir das funções, de acordo com o autor, a descrição tem por objetivo permitir a identificação de cada documento e a seleção de documentos de interesse.

O Quadro 1 abaixo apresenta a sistematização das funções propostas para o processo de descrição na compreensão dos autores citados.

Quadro 1 – Funções do processo de descrição

Autores	Funções
Klim (1981)	1) informação sobre o documento 2) identificação do documento 3) recuperação do documento
Wellisch (1987)	1) identificação do documento 2) registro dos substitutos dos documentos 3) ordenação dos substitutos dos documentos
Ramos Fajardo (2001)	1) identificação do documento
Mauro Guerrini (2007)	1) identificação do documento 2) caracterização do documento 3) apresentação do documento
Buckland (2017)	1) caracterização do documento 2) representação do documento 3) relação entre documentos

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quanto às funções do processo de descrição trabalhadas pelos autores, nota-se que todas elas, menos Ramos Fajardo, realizaram uma segmentação tripartite. Quanto às funções em si, somente uma é comum a todos os autores: a identificação, caracterizada pela sistematização dos elementos que remetem aos documentos, singularizando-os. De outra maneira Buckland entende que a identificação é o objetivo da descrição, a qual é alcançada por meio de três funções, quais sejam, a caracterização e a representação do documento e a relação entre documentos.

A função de caracterização, conforme proposta por Guerrini e Buckland, refere-se ao reconhecimento de uma tipologia documental por meio da apresentação do contexto do documento em relação a outros. Esse conceito está alinhado com a proposta de Klim, que define a fun-

ção de informação como a provisão de informações sobre um documento específico.

A ordenação dos substitutos dos documentos, segundo Wellisch, refere-se à produção de índices de acesso aos registros dos documentos. Klim, por sua vez, menciona os pontos de acesso descritivos, no entanto, apenas quando trata da função de recuperação. Duas distinções se fazem necessárias. A descrição é um conjunto de informações sobre o documento e os pontos de acesso descritivos que compõem os índices são produzidos a partir dos elementos da descrição; cada grupo de elementos possui sua própria função. Quanto à recuperação, ela é o objetivo do sistema. O objetivo do sistema é o que se pretende alcançar a partir do conjunto das funções.

Assim, a segmentação tripartite proposta pelos autores não se confirma totalmente, pois há uma sobreposição entre as funções e o objetivo do sistema. Buckland, por sua vez, faz uma distinção entre objetivo e funções, enquanto as funções da descrição são abordadas de maneira diferente entre os autores. A despeito disso, os autores produzem acúmulo de conhecimento sobre o processo de descrição, a partir do qual é possível elaborar questionamentos e sistematizações.

Outro modo de discorrer sobre o processo de descrição é proposto por Serrai (1994 *apud* Guerrini, 2007). Para o autor a descrição é realizada por meio de um conjunto de marcações formais destinadas à autoidentificação, autocaracterização e autoapresentação. Para Serrai (1994 *apud* Guerrini, 2007), a imagem bibliográfica dos documentos é preparada pelo autor ou pela editora, por meio de marcações que produzem:

1. a descrição bibliográfica como apresentação para fins catalográficos, de citação e de referência, atuando como representação de um documento; e
2. a descrição bibliográfica autorreferencial que diz respeito à emissão e ao estado das cópias da mesma edição de uma obra, informando suas condições de impressão, publicação e venda (Serrai, 1994, p. 173 *apud* Guerrini, 2007, p. 17).

Deste modo, Serrai explora a descrição em bases de dados, assim como em publicações, incluindo as características de cada exemplar e sua circulação.

Considerando as falas dos autores, pode-se afirmar que a função elementar do processo descritivo é a identificação do documento por meio de sua individualização, na forma de um registro, visando sua recuperação. A individualização do documento ocorre pela proposição de uma estrutura, baseada nos elementos descritivos correspondentes à tipologia do documento, e pela produção do registro de maneira uniforme, segundo a estrutura proposta e as características do documento que está sendo descrito. A recuperação, por sua vez, é viabilizada pela produção de índices a partir dos pontos de acesso descritivos dos registros, e só ocorre se houver a comunicação entre usuário e sistema.

5 O ASPECTO NORMATIVO DA DESCRIÇÃO

Um ponto a ressaltar ao explorar o processo de descrição é o seu aspecto normativo, haja vista que ele é recorrentemente evidenciado na literatura técnico-científica e nos manuais de produção de registros de bases de dados.

Autores como Lalande (1988), Calenge (1998) e Abbagnano (2007) apresentam definições que contribuem para a discussão sobre o entendimento de norma. No entendimento de Lalande (1988), normativo diz respeito à constituição de normas como uma fórmula (Lalande, 1988). Para Calenge (1998), norma é a imposição de uma prática sem adaptações. Segundo definição apresentada em dicionário de Filosofia de Abbagnano, 'normativo' é um adjetivo que corresponde a dois sentidos atribuídos à palavra 'norma'.

1º é Normativo o que prescreve a regra infalível para alcançar a verdade, a beleza, o bem, etc, ou seja, um bem absoluto; 2º é Normativo uma fórmula técnica que garanta o desenvolvimento eficaz de certa atividade. Na segunda metade do séc XIX foram chamadas de Normativo, no 1º sentido, as ciências filosóficas especiais (lógica, ética e estética) às quais se atribuiu a tarefa de prescrever as normas com as quais o pensamento, a vontade e o sentimento deveriam ajustar-se para alcançar a verdade, o bem e a beleza (Windelband, Rickert Wundt, Simmel, Husserl e outros). Nesse sentido, a qualificação de Normativo foi repelida pelas disciplinas acima. Não se pode, porém, negar que existam disciplinas Normativas no 2º sentido, de formular hipoteticamente técnicas aptas a garantir o desenvolvimento eficaz de determinadas atividades (Abbagnano, 2007, p. 717).

Com base no exposto, normativo refere-se à construção de uma norma como prescrição para realização de uma atividade. O aspecto normativo do processo de descrição pode ser compreendido como a elaboração de um modelo operativo de carácter prescritivo. Enquanto modelo operativo de carácter prescritivo, a norma advém da construção e reformulação contínuas de procedimentos para a finalidade do processo de descrição. A norma, nesse sentido, tem a função de prescrever a execução do processo, não de fundamentá-lo, embora faça isso de acordo com seus próprios critérios. Ela é construída levando em conta a fundamentação do processo, considerando os fundamentos de uma maneira específica. Em outras palavras, a norma é baseada na caracterização do processo.

A partir da proposta de Ortega (2013) sobre níveis de manifestação para a Organização da Informação, propõe-se uma adaptação visando contemplar a caracterização do processo de descrição. Assim, quanto à descrição, propõem-se os seguintes níveis, como esquematizado no Quadro 2.

Quadro 2 – Níveis de manifestação do processo de descrição na Organização da Informação

Níveis de manifestação	Definição dos níveis de manifestação
teórico	Conceitos que compreendem as características fundamentais do processo, incluindo suas funções.
metodológico	Conjunto de procedimentos que norteiam o processo e a elaboração de modelos e instrumentos normativos que servem de referência nos sistemas.
pragmático	Parâmetros que orientam a realização contextual do processo, considerando o interesse dos públicos e as características dos documentos.
normativo	Prescrições construídas como padrão para a funcionalidade e regulação de cada sistema.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da adaptação de Ortega (2013, p. 185-186).

No Quadro 2, o processo de descrição é percebido em quatro níveis de manifestação: o teórico, o metodológico, o pragmático e o normativo. A proposta apresentada de segmentação por níveis se deve às possibilidades que oferece de compreender mais especificamente como o processo de descrição se manifesta. Podemos entender os níveis como abstrações que permitem explicar as aplicações, como aquelas da prática profissional e das pesquisas empíricas. Tais níveis estão hierarquicamente relacionados entre si, de modo que cada um se explica pelo nível anterior, que é sempre mais abrangente que o seguinte.

A compreensão das características fundamentais e conceituais do processo de descrição encontra-se no nível teórico.

Os procedimentos que norteiam o processo de descrição – como, por exemplo, aqueles relativos a sua especificidade e a ordem dos elementos –, e a elaboração de modelos e de instrumentos normativos, que servem de referência para as bases de dados, encontram-se no nível metodológico.

A disponibilização de informações sobre um documento em base de dados demanda a previsão de uso dessas informações. Em função disso, o nível pragmático é pertinente ao reconhecer que o processo de descrição é trabalhado de forma diferenciada em cada sistema, ou seja, segundo o

interesse de cada comunidade específica e levando em consideração as características dos documentos.

O nível normativo se explica pela prescrição adotada como padrão para manter a uniformidade dos registros das bases de dados, pautados por instrumentos normativos e modelos que orientam o modo de operacionalização das bases de dados. Esse nível exige – em cada sistema – a elaboração de uma política e seu registro, por meio da produção de manuais.

A baixa compreensão sobre funções, métodos e características do processo de descrição, apoiado pela percepção da normativa, como capazes por si mesmas de conduzir o processo e pautar decisões, relegou a descrição a um lugar de pouca importância, haja vista que ela passou a ser entendida por muitos como um processo mecânico. A descrição foi um processo em grande medida explicado pela transcrição linear dos elementos registrados na folha de rosto dos livros impressos. Nesse sentido, a descrição seria a transcrição de uma parte específica do documento, com o próprio documento apresentando os elementos e sua ordem de apresentação. No entanto, essa abordagem contraria a função fundamental da descrição, pois se concentra apenas nos documentos, desconsiderando as necessidades de informação para as quais os documentos devem ser direcionados. Além disso, essa concepção se aplica apenas a documentos altamente normalizados, como será discutido a seguir.

A grande ênfase atribuída ao nível normativo da descrição culminou na normalização como modo imperativo de realizar o processo, em especial no âmbito da Catalogação. Os códigos criados tiveram como principal referência o livro impresso, particularmente, o livro impresso produzido após o século XIX, que se caracteriza pela normalização editorial. No entanto, na contemporaneidade, os profissionais lidam cada vez mais com documentos materializados em diferentes suportes, com múltiplos formatos de conteúdo e que nem sempre apresentam os elementos principais registrados neles, como ocorre em boa parte dos livros impressos. Há de se mencionar também os livros produzidos antes da normalização editorial, além de todos os documentos que não pertencem a tipologia documental livro. Essa circunstância reforça a necessidade de reflexão sobre o processo de descrição, uma vez que ele foi marcado pela produção e uso de normas

por longos períodos a partir de uma mesma tipologia documental, materializada no mesmo suporte. Por esse motivo, a compreensão do processo não pode estar limitada ao nível normativo, pois as normas são datadas, pontuais e necessitam de atualizações.

Assim, o processo de descrição, trabalhado na Organização da Informação, pode ser apreendido segundo um conjunto de conceitos, realizado por métodos, segundo aspectos pragmáticos (contextuais), e regulado em cada sistema por meio da adoção de padrões.

Desse modo, a descrição caracteriza-se como um processo linguístico que visa comunicar algo, cujo arranjo adotado se ampara numa estrutura conhecida que serve de referência.

No âmbito internacional, ações e programas promovidos pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) trataram do processo de descrição impactando a prática profissional, o ensino e a pesquisa. Essas ações e programas são: *International Conference on Cataloguing Principles* (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), em 1961; o *International Meeting of Cataloguing Experts* - IMCE (Encontro Internacional de Especialistas em Catalogação), em 1969; e o programa de Controle Bibliográfico Universal, adotado pela Unesco a partir da década de 1970. Essas ações e programas contribuíram para o aumento das publicações sobre o tema e para a criação da norma intitulada *International Standard Bibliographic Description* - ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada), publicada em 1971. Esta norma apresenta um padrão de descrição, estruturado em áreas e elementos organizados em uma ordem específica, com uma pontuação fixa que delimita e identifica cada um deles.

Essas ações internacionais voltadas para a padronização da descrição possibilitaram um nível maior de formalização na comunicação de informações. Assim, a literatura começou a discutir os princípios e funções do processo de descrição, permitindo que ele fosse abordado de maneira independente, ou seja, de forma autônoma em relação a outros processos. Isso significa que, embora o processo de descrição esteja articulado com outros

processos de Organização da Informação, ele pode e deve ser analisado isoladamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos constatar, a função elementar do processo descritivo é a identificação do documento por meio de sua individualização, na forma de um registro, visando sua recuperação. Embora a discussão sobre o processo de descrição seja relativamente recente, observa-se que houve avanços tanto na literatura quanto na prática profissional. No entanto, esses avanços ainda são pouco conhecidos.

Em grande medida, esse desconhecimento se deve à predominância da vertente estadunidense de trabalho em bibliotecas no Brasil, caracterizada por seu viés econômico e ideológico. Essa vertente contribuiu para a perpetuação de um pensamento cristalizado, que tem reiterado continuamente a ideia de descrição como uma atividade empírico-normativa. Ao mesmo tempo, os estudos na área que enfocam a informação como fenômeno não abordam adequadamente as questões do uso qualificado da informação. Isso tem desviado tempo e energia necessários para acumular dissensos e consensos que poderiam destacar os avanços já realizados e promover novos progressos, fornecendo um verdadeiro impulso ao campo. O resultado da predominância dos estudos empírico-normativos, por um lado, e dos estudos informacionais, por outro, foi o agravamento da a-historicidade, conduzindo a abordagens anacrônicas e a uma estrutura conceitual e terminológica frágil.

O processo de descrição não se limita a uma técnica sem reflexão, baseada somente na transcrição de elementos constantes em um objeto, segundo uma norma específica. A abordagem do processo de descrição pautada somente pelas questões normativas não revela seus fundamentos.

A caracterização do processo de descrição segundo as disciplinas Bibliografia e Catalogação possibilitou ampliar a compreensão do processo para além da explicação recorrente, que é realizada por via da abordagem

normativa. O processo de descrição ficou em grande medida subscrito a certas normativas que, por consequência, conduziram à determinação de uma estrutura para o processo. A distinção entre o processo de descrição e os instrumentos normativos não é algo explícito na disciplina Catalogação, o que aponta para pesquisas ainda por realizar.

Afinal, como dissemos, a descrição caracteriza-se como um processo linguístico que visa comunicar algo, cujo arranjo adotado se ampara numa estrutura conhecida que serve de referência.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed., rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BUCKLAND, Michael. **Information and society**. Cambridge, MA: MIT Press, 2017.
- CALENGE, Bertrand. Peut-on définir la Bibliothéconomie?: Essai théorique. **Bulletin de Bibliothèques de France**, n. 2, p. 8-20, 1998.
- CUTTER, Charles A. Rules for a printed dictionary catalogue. *In*: UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Interior. Bureau of Education. **Public libraries in the United States of America: their history, condition, and management**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1876. parte 2.
- FERRATER MORA, José. Descrição. *In*: FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**: tomo I (AD). 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 676-678.
- GUERRINI, Mauro. Catalogazione. *In*: SOLIMINE, Giovanni; WESTON, Paul Gabriele. **Biblioteconomia: principi e questioni**. Roma: Carocci, c2007. p. 185-220. Disponível em: http://eprints.rclis.org/13369/1/Guerrini_Catalogazione.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.
- HJORLAND, Birger. Description: its meaning, epistemology, and use with emphasis on information science. **JASIST: Journal of the Association for Information Science and Technology**, Leesburg, VA, v. 74, n. 13, p. 1532-1549, Dec. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.24834>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- KLIM, I. L. Developing a theory of bibliographic description. **Scientific and Technical Information Processing**, [Russia], v. 1, p. 50-58, 1981.
- LALANDE, André. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**: volume 2 NZ. 16. éd. France: Quadriga: Presses universitaires de France, 1988.

LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles. *Descriptio*. In: LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles. **A latin dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879.

LÓPEZ YEPES, José. **La documentación como disciplina: teoría e historia**. 2. ed. actual. y ampl. España: Ediciones Universidad de Navarra, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

NORRIS, Dorothy May. **A history of cataloguing and cataloguing methods, 1100-1850: with an introductory survey of ancient times**. London: Grafton & Co., 1939.

ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 182-215, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000200012>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp41-64>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **A ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: <https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RAMOS FAJARDO, Carmen. Principios generales e instrumentos de catalogación. In: PINTO MOLINA, María (ed.). **Catalogación de documentos: teoría y práctica**. 2. ed. rev. y actual. Madrid: Editorial Síntesis, 2001. cap. 1.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 149-163, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/wPkS6RbXRrXCfFL6dGwZ3J/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SABBA, Fiammetta. Natureza e origem da bibliografia: uma perspectiva disciplinar para contemporaneidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 65-98, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp65-98>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of Information Organization**. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

TENNIS, Joseph T. Is there a new bibliography? **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 49, n. 2, p.121-126, 2011.

TOLENTINO, Vinicius de Souza. **Aspectos conceituais do processo de descrição:** uma abordagem sob a ótica da Bibliografia e da Catalogação a partir do livro impresso. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de (orgs.). **Estudos sobre a formação do profissional da informação no Brasil e no Mercosul.** Marília ; São Paulo : Fundepe ; Abecin, 2014. Parte I: p. 17-209. Disponível em: https://edific.org/pt/wp-content/uploads/2023/05/Livro_Estudos-sobre-formacao-profissional-informacao-Brasil-Mercosul.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

WELLISCH, Hans H. **A cibernética do controle bibliográfico:** para uma teoria dos sistemas de recuperação da informação. Brasília: IBICT, 1987.

ZABALA-VÁZQUEZ, Jon. Una propuesta lingüístico-epistemológica para la actividad bibliográfica. *In:* GARCÍA CARO, Concepción; VILCHEZ PARDO, Josefina (coord.). **Homenaje a Isabel de Torres Ramírez:** estudios de documentación dedicados a su memoria. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2009. p. 883-908.